

COLEÇÃO
CAPITALISMO E DEMOCRACIA

O NOVO ESTADO REGULADOR NO BRASIL EFICIÊNCIA E LEGITIMIDADE

PAULO TODESCAN LESSA MATTOS

2.^a edição (revista, atualizada e ampliada)

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável
Marisa Harms

Diretora de Operações de Conteúdo
Juliana Mayumi Ono

Editores: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

Assistentes Administrativos Editoriais Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial
Coordenação
Daniel Cesar Leal Dias de Carvalho

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Qualificação Editorial e Revisão
Coordenação
Luciana Vaz Cameira

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecília Andreo e Mayara Crispim Freitas

Capa: *Tatiana Gentil Machado*

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Caio Henrique Andrade

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mattos, Paulo Todescan Lessa

O novo Estado regulador no Brasil : Eficiência e legitimidade / Paulo Todescan Lessa Mattos. 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017. — (Coleção capitalismo & democracia)

Bibliografia
 ISBN 978-85-203-7005-6

1. Agências reguladoras – Brasil 23. Agências reguladoras de atividades privadas 3. Brasil – Política econômica 4. Direito econômico — Brasil 5. Poder regulamentar — Brasil I. Título. II. Série.

16-06458

CDU-34:33 (81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito econômico 34:33 (4)

1102630

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO.....	13
APRESENTAÇÃO (PRIMEIRA EDIÇÃO)	15
PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1: A AÇÃO REGULATÓRIA DO ESTADO: CONCEITOS, CONTEXTUALIZAÇÃO DE PROBLEMAS E ENFOQUE TEÓRICO ...	39
1. Perspectiva Jurídica	41
2. Perspectiva Econômica.....	47
3. Perspectiva Política.....	58
3.1. Teoria Política	58
3.2. Economia Política	62
4. Contextualização dos problemas e enfoque teórico	68
CAPÍTULO 2: AS IDEIAS E O SEU LUGAR.....	73
1. Princípios e Experiências.....	73
1.1. A Formação do Estado Capitalista Regulador.....	74
1.1.1. A Formação do Estado Capitalista Regulador nos Estados Unidos.....	81
1.1.2. A Formação do Estado Capitalista Regulador na Europa: Diferenças e Convergências em Relação ao Modelo Norte-Americano	100
2. Conclusões	107

CAPÍTULO 3: A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA REGULADOR NO BRASIL: BUROCRACIA ESTATAL E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.....	111
1. O Estado Tecnoburocrático-Capitalista Dependente	111
1.1. Os Anéis Burocráticos do Estado	118
1.2. A Formação de Políticas Públicas Setoriais.....	124
1.3. Burocracia Estatal e Mecanismos Decisórios Juridicamente Institucionalizados	133
2. O Novo Estado Capitalista Regulador no Brasil	137
3. Conclusões	148
CAPÍTULO 4: TEORIAS DA DEMOCRACIA E TEORIAS DA REGULAÇÃO: EFICIÊNCIA ECONÔMICA E LEGITIMIDADE.....	153
1. A Tensão entre eficiência econômica e legitimidade	154
1.1. As Teorias da Democracia e as Teorias da Regulação.....	167
1.2. O Conceito Procedimental de Democracia: um Conceito de Democracia Deliberativa	185
2. Conclusões	194
CAPÍTULO 5: AUTONOMIA DECISÓRIA, DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E LEGITIMIDADE NO DEBATE BRASILEIRO	197
1. A Autonomia Decisória das Agências Reguladoras e o Problema da Legitimidade no Plano do Direito Constitucional Brasileiro	198
2. A Formação de Políticas Públicas Setoriais no Direito Brasileiro: o Conflito entre Racionalidade Substantiva e Racionalidade Formal	205
3. A Tensão entre Insulamento Burocrático e Legitimidade no Debate sobre Estado e Democracia no Brasil.....	216
4. Conclusões	232
CAPÍTULO 6: ANÁLISE POSITIVA: UM ESTUDO DA REGULAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL APÓS AS PRIVATIZAÇÕES	235
1. A Agência Nacional de Telecomunicações: o desenho institucional do órgão regulador e os limites da autonomia decisória	238

1.1.	As formas de controle da autonomia decisória da Anatel no plano da separação de poderes (accountability horizontal)	238
1.2.	Mecanismos de Participação Pública e Legitimidade decisória sobre o conteúdo da regulação (mecanismos deliberativos de accountability vertical)	249
1.3.	A participação na esfera pública brasileira: o caso da definição de normas sobre universalização de serviços de telecomunicações (condições de accountability deliberativa vertical na esfera pública)	254
2.	Conclusões	272
2.1.	Conclusões sobre as formas de controle da autonomia decisória da Anatel no plano da separação de poderes (accountability horizontal)	273
2.2.	Conclusões sobre os mecanismos de participação pública institucionalizados para o controle de decisões sobre a regulação do setor de telecomunicações (mecanismos deliberativos de accountability vertical).....	278
2.3.	Conclusões sobre os índices de participação no caso da definição de normas sobre universalização de serviços de telecomunicações (condições de accountability deliberativa vertical)	282
	CONCLUSÃO	287
	BIBLIOGRAFIA	289
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	305
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	319
	APÊNDICE (2016)	325
	Análise política da ação regulatória do estado: 2003-2015.....	325
1.	Uma reavaliação do estudo de caso no setor de telecomunicações	326
2.	Um modelo presidencialista de regulação dos mercados	332
3.	Conclusões.....	337